

“ Ao contrário do que transparece do discurso governamental, a UE está consciente dos artifícios contabilísticos e da ausência de consolidação orçamental - **Teodora Cardoso** ECONOMISTA



opinião

Joaquim Cunha • PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DAS PME - PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DE PORTUGAL

Coragem e não números circenses

O país vive uma das piores crises, com os hábitos de sempre: a vida continua cara, a política bolorenta e as pessoas sem cultura e exigência para perceberem o que a classe política diz à segunda, não quer à quarta e acaba por concluir à sexta.

As empresas, tal como as famílias, são agentes económicos que tomam decisões, com maior ou menor grau de racionalidade e risco. E numa empresa, quando há confiança e abundância, há mais consumo, há mais investimento, há mais riqueza. Mas essas mesmas empresas não toleram doenças prolongadas. A instabilidade é uma consequência da globalização, mas quando, além dessa inevitabilidade, as empresas enfrentam números circenses, então perde-se a confiança.

O investimento a desacelerar, o tímido crescimento a ser revisito em baixa, o desemprego a crescer e o défice comercial a alargar-se não são da responsabilidade de “patrões com visão de curto prazo”, como maus economistas e políticos retrógrados gostam de apontar. A confiança é algo que se sente e se transmite na sociedade e é uma mola que

contagia pela positiva ou pela negativa o tecido empresarial.

Com um Estado decadente, uma Administração incompetente ou desmotivada, uma gestão político-partidária em que apenas as moscas mudam, o país afunda-se no marasmo. Só faltava mesmo a cereja no bolo podre. Jorge Sampaio colocou-a ao acabar com o que restava da estabilidade apodrecida.

É verdade que o núcleo duro do Governo ateava fogos sozinho. E houve áreas da governação capazes de superar os piores recordes que António Guterres nos legou. Mas também é verdade que num país com um cébil crescimento, farto da vilanagem centralista, trocar uma maioria no parlamento por uma incógnita eleitoral significa apenas um aumento da crise.

Já se prevêem gastos exagerados do Governo central e das autarquias. As obras de fachada vão dividir a má empresa, sem viabilidade económica, que é o Estado. As poucas decisões que se poderiam ir tomando, a aplicação de investimentos estruturantes ou as autorizações legislativas para acabar com fenómenos surrealistas como as SCUT ou o congelamento das rendas já caíram e, portanto, essa parte do Estado esfumou-se.



Os investidores pararam com as estratégias de investimentos. Soou o alarme do “freeze investments”, e até se saber como será o novo Governo nada se move. E isto significa, pelo menos, um compasso de espera de nove meses, enquanto os outros países crescem e aproveitam a retoma mundial. As eleições podiam, no entanto, ser um factor clarifica-

dor. Mas, até à data, não se ouvem ideias, os discursos são vagos e não há políticas novas.

Desde os gabinetes ministeriais até às administrações de IAPMEI e ICEP, os últimos anos afundaram o resto de dignidade e o “bom nome” desses organismos. Além da habitual e comprovada gestão clientelar e casuística dos fundos, acrescenta-se a

total incapacidade para tentar servir o sector exportador. Qualquer país do mundo desenvolvido tem um forte organismo de promoção das exportações. Se é difícil copiar o modelo americano de adidos comerciais, ao menos que se tentasse imitar o Reino Unido ou a Espanha. Mas chegar a essa afinação demora décadas.

A falta de estratégia, de coragem e a nomeação de gente sem perfil podem e devem ser escrutinadas pelas PME.

Neste quadro, os empresários das PME e os empreendedores, que são 15% da população activa e verdadeiros líderes do país, têm de ser esclarecidos sobre as propostas dos partidos, mas em concreto e com detalhes para se poder escolher políticos de coragem, sem medo de clivagens e dispostos a fazer rupturas.

Quem se reclama da herança de Sá Carneiro, quem reivindica ter limpo o país de lixeiras ou quem se gaba de salvar as indústrias militares deve ter coragem para assumir rupturas e eliminar o pantanoso Bloco Central do PS, PSD e agora do PP. É o mínimo que exigem os 800 000 empreendedores do país, que empregam “apenas” três milhões de portugueses!